

Impresso
Especial

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.33, n.7-8, julho/agosto 2011

sumário

- 3 OS NOVOS VELHOS PROBLEMAS ECONÔMICOS
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 RESULTADO DA BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE NO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011
Ricardo Kureski
- 8 INDÚSTRIA QUÍMICA BRASILEIRA: UMA AVALIAÇÃO DOS
RESULTADOS DA PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL 2009
Francisco José Gouveia de Castro
- 12 INFLAÇÃO E ENDIVIDAMENTO
Guilherme Amorim
- 14 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 18 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FERNANDO RAPHAEL FERRO DE LIMA (*Editor*)

Equipe

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

RICARDO KURESKI (*Economista*)

LYANNE THAIS MIKOSZ STENGER (*Estagiária de Administração*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CLAUDIA ORTIZ (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

As pronunciadas alterações estruturais acusadas pela economia mundial, com o advento de uma dinâmica de crescimento ancorada nas nações emergentes, lideradas pela China, e os efeitos da instabilidade financeira, ocorrida entre 2006 e 2009 e provocada pela insolvência do mercado hipotecário de segunda linha dos Estados Unidos (EUA), produziram novos desafios à orientação macroeconômica brasileira.

A gestão econômica passou a se deparar com a necessidade premente de avançar, técnica e politicamente, no encaminhamento de soluções para novas variantes de velhos dilemas, com uma postura cada vez menos sustentada em intransigências ideológicas e mais amparada na fixação de objetivos e metas, e na correspondente utilização de instrumentos decisórios de maneira negociada e transparente.

Nos decênios de 1970 e 1980, o ex-ministro da Fazenda do governo Geisel e do Planejamento da gestão Figueiredo, Mário Henrique Simonsen, identificava a inflação elevada e crescente e o enorme endividamento externo, contabilizado depois dos choques do petróleo de 1973 e 1979, como os principais entraves à expansão sustentada da economia do País.

Considerando que desde o segundo semestre de 1994, a trajetória do nível geral de preços no Brasil vem convergindo irremediavelmente para os padrões internacionais, apesar dos equívocos e descuidos cometidos pelos diferentes governos, e que o País dispõe de montante de reservas em moeda forte, em poder do Banco Central (BC), que supera o endividamento externo total, não seria exagerado supor que ou o raciocínio de Simonsen estava incompleto ou os *policy makers* dos tempos recentes não estariam pavimentando, ou mesmo trilhando, adequadamente o caminho da travessia da estabilização para o crescimento.

Argumenta-se, ao extremo, que o Plano Real, lançado em julho de 1994 – em prosseguimento à agenda de mutação do marco institucional brasileiro, composta pela liberalização comercial, desregulamentação, privatizações, flexibilização de monopólios, entre outros pontos – como um programa de combate à inflação inercial, desprovido de choques ou de medidas duras, usualmente anunciadas na calada da noite, teria se baseado em três fases.

A primeira consistiu no ajuste fiscal provisório, divulgado em maio de 1993, reforçado pela criação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) e do Fundo Social de Emergência (FSE), ou uma reserva de contingência de 20% das receitas da União, que forçava, via diminuição dos haveres dos fundos de participação – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR) –, estados e municípios a se engajarem no esforço fiscal.

A segunda fase abarcou o ataque à inércia na formação de preços, por meio da aplicação da Unidade Real de Valor (URV), entre março e junho de 1994, uma espécie de indexador-referência, ou moeda indexada, capaz de oferecer aos agentes do sistema uma alternativa à celebração de negócios e contratos na moeda corrente, que era prejudicada pelo encurtamento dos prazos e elevação da intensidade dos reajustes dos valores e dos preços.

O terceiro estágio englobou a introdução e consolidação da nova moeda, o real, fruto da transformação da URV, igualada ao dólar, determinada por regime de câmbio fixo (com variação em faixas monitoradas pelo BC, depois do aparecimento da crise mexicana, no começo de 1995), entre 1994 e 1998, e flutuante, a partir de 1999, ao lado da perseguição do cumprimento de metas de superávit primário e de inflação, fixadas em acordos celebrados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) até 2004 e incorporadas ao cotidiano das prioridades domésticas desde então.

Nesse contexto, é bastante difundida a tese do caráter inexorável da implantação de uma nova geração de reformas institucionais, especialmente a tributária, fiscal, previdenciária e trabalhista, como condição essencial para a substituição daquela adequação fiscal parcial de 1993 pelo equilíbrio estrutural das finanças públicas, que referendaria o extermínio das pressões inflacionárias crônicas, causadas pela fragilidade fiscal e financeira do governo, em suas distintas esferas, e se converteria na quarta fase do real.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

Sem dúvida, os aprimoramentos defendidos sugerem a busca de mecanismos que permitam gestões contemporâneas dos orçamentos públicos, focadas na compressão dos dispêndios correntes e na ampliação dos gastos em infraestrutura econômica e social, visando à restauração da competitividade sistêmica dos atores produtivos atuantes no País, em ambientes de acirramento da concorrência globalizada.

A título de ilustração, levantamento efetuado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), baseado em informações do Bureau of Labor Statistics dos Estados Unidos (EUA) para 34 nações, revela que os encargos representam 32,4% das despesas com mão de obra do parque de transformação brasileiro, o que coloca o Brasil na liderança do *ranking* mundial. O peso médio do fardo trabalhista equivale a 23,6% do custo do fator trabalho entre os países acompanhados.

Apesar da elevada concentração nos dispêndios previdenciários (20% da folha), há também a presença expressiva dos descontos por risco de acidente de trabalho, e das contribuições ao salário educação, ao Incri e ao sistema "S" (Sesi, Senai e Sebrae), além do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), indenizações, décimo-terceiro salário, abono de férias, entre outras.

Não bastasse isso, a contínua apreciação do real provocou elevação de 119,51% dos encargos no Brasil, mensurados em moeda estrangeira, entre 2004 e 2009, ficando atrás apenas da Argentina e Eslováquia. Ainda assim, este item corresponderia a US\$ 2,70 por hora, contra média de US\$ 5,80 dos países investigados.

O ajustamento macroeconômico brasileiro ainda está carente de uma compreensão adequada das mudanças verificadas nos parâmetros conjunturais, internacionais e domésticos.

Porém, antes de imputar às reformas a característica de panacéia das mazelas econômicas brasileiras, é preciso atentar para a estratégia de ajustamento macroeconômico em execução no Brasil, que ainda está carente de uma compreensão adequada acerca de algumas mudanças verificadas nos parâmetros conjunturais, internacionais e domésticos, o que pode ser evidenciado no tratamento dispensado ao recrudescimento inflacionário.

À primeira vista, é possível perceber algumas resistências, por parte das autoridades, no reconhecimento da apreciável transformação na marcha da inflação no mundo, passando da acomodação em patamares reduzidos, até o final dos anos 1990 e começo do decênio de 2000, ao retorno da espiral depois de 2002, acoplado ao maior ciclo de crescimento da economia internacional desde a 2.^a Guerra.

A rota cadente era determinada, de um lado, pela queda dos salários nas economias centrais, resultado da migração de investimentos produtivos na direção de nações periféricas, com menor custo do fator trabalho, principalmente a China; de outro, pela diminuição das cotações dos produtos manufaturados, em face da agudização da concorrência entre as corporações transnacionais.

Nessas circunstâncias, o gerenciamento dos juros permitia o alcance das metas de inflação, e o crédito farto e barato assegurava os objetivos de emprego e renda. Contudo, a adoção das providências anticíclicas, particularmente o afrouxamento monetário empregado pelos bancos centrais para a desobstrução dos canais de liquidez, após a decretação da falência do banco norte-americano Lehmann Brothers, em setembro de 2008, tendo como contrapartida a exponencial elevação das despesas públicas, abalou drasticamente os pilares da macroeconomia do crescimento sem perturbações no comportamento dos preços.

O curso inflacionário ascendente vem sendo capitaneado pela subida dos preços das *commodities* (minerais, metálicas e agrícolas), não apenas em função de restrições transitórias vinculadas a quebras de safras, mas, preponderantemente, por conta da insuficiência de oferta global para atendimento de uma demanda crescente, deslocada para cima, sobretudo, pela ampliação do grau de urbanização da China e da Índia.

Pesquisas recentes, preparadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), projetam mais uma década de ascensão para os preços das *commodities* agrícolas, baseados nas carnes (50%) e cereais, petróleo e biocombustíveis (20%).

A estimativa de expansão da produção agrícola é de 1,7% ao ano, contra 2,6% a.a. no decênio anterior, devido à diminuição da superfície de terras aptas à incorporação aos processos produtivos, sendo que 30% da cana, 15% dos óleos vegetais e 13% dos grãos serão empregados como matéria-prima para a produção de combustíveis alternativos.

O constrangimento mais relevante reside na segurança alimentar. Observa-se apreciável peso do item alimentos no orçamento das famílias mais pobres da população mundial, representando cerca de 40% contra 10% dos mais ricos. Segundo cálculos da Organização das Nações Unidas (ONU), os alimentos explicam mais de 30% das variações de preços no varejo nas nações emergentes e 13% nas avançadas. Ao mesmo tempo, ainda conforme a ONU e o Banco Mundial, há o registro de mais de 1 bilhão de pessoas em situação de fome crônica no planeta.

A par disso, emergem a influência das operações especulativas realizadas em mercados futuros de *commodities*, e a consequente valorização das moedas dos países produtores – favorecidas pela queda dos juros da economia norte-americana –, além da substancial depreciação do dólar, em razão do enorme déficit fiscal e em conta corrente dos EUA.

Sendo considerada a natureza inelástica da demanda dos produtos responsáveis por tal cenário, não surpreende a eficácia reduzida do uso da taxa de juros para neutralizar tensões de preços. O mais gritante, porém, é que a majoração dos juros tende, inevitavelmente, a provocar o ingresso maciço de divisas estrangeiras na forma de capitais especulativos, a valorização do câmbio (causada pela esterilização do excedente de moeda forte através da venda de papéis do governo), o encarecimento dos investimentos, o barateamento das importações, a perda de competitividade das vendas externas e, por extensão, problemas nas transações correntes do País.

Outra fonte de inquietação relacionada à curva de preços no Brasil, especialmente nos ramos menos suscetíveis à competição imposta pelas importações, caso dos serviços, repousa na variação real dos salários pagos superior aos ganhos de produtividade de maneira disseminada nos distintos ramos industriais.

Há uma autêntica alteração de patamar dos custos salariais no País, já contemplada no cálculo das taxas de retorno dos projetos, ocasionada pela conjugação entre os desdobramentos da valorização perene do salário mínimo, o crescimento das remunerações em reais *vis à vis* ao dólar, associado à apreciação do câmbio, e a ainda firme recuperação da economia, evidenciada pela disputa das empresas pela residual oferta do fator trabalho, inclusive nas categorias com menor grau de qualificação.

Até porque as escolhas estratégicas das corporações comportam a interpretação de que o delineamento de um cenário de ajuste macroeconômico em curto prazo não deve ensejar o desvio das apostas na solidez da economia brasileira em médio e longo prazo. Daí, a taxa de desemprego brasileira figurar entre as cinco menores do G-20.

Aliás, o esgotamento da reserva de mão de obra é também um problema estrutural, explicado, em grande medida, por modificações no padrão demográfico brasileiro, marcadas pela redução das taxas de fecundidade, desde os anos 1970, e o alargamento da expectativa de vida, pressionando as contas da previdência.

Não obstante, é prudente não ignorar que essas anomalias têm origem na insuficiência de políticas públicas voltadas à valorização e à impulsão da eficiência do capital humano, através da melhoria da qualidade da educação básica e da ampliação do ensino técnico profissionalizante, de acordo com as especificações e exigências do paradigma da Terceira Revolução Industrial, ao lado de inversões em tecnologia e inovação, capazes de incitar maior mobilidade intersetorial da mão de obra.

Por tudo isso, as providências de neutralização da inflação, por meio de ajustes visando à minimização de excessos de demanda sobre o sistema, deveriam priorizar a adequação do consumo das famílias, especialmente aquele movido a prazo e com elevados encargos financeiros, em curto termo, e das despesas correntes do governo, em caráter contínuo, além da elevação dos investimentos em ampliação da capacidade produtiva, centrada no setor privado, em áreas de elevada densidade tecnológica e de geração de empregos.

Diante do exposto, a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC de reduzir a taxa básica de juros do País (Selic) de 12,5% ao ano para 12,0% a.a., na reunião de 31 de agosto de 2011, embora tenha deixado estarecida a ala conservadora dos meios especializados, ruma na direção correta, ao sinalizar que o rígido ensaio laboratorial do modelo ou regime de metas de inflação não pode sufocar permanentemente o lado real da economia, notadamente o potencial de expansão da oferta e da demanda.

Mais que isso, ao começar um ciclo de enfraquecimento dos juros, as autoridades monetárias buscam não repetir os enganos cometidos no final de 2008 por ocasião do *default* internacional. Nunca é demais lembrar que, naquele momento, na contramão da tendência mundial, o BC “enxugou gelo” ao devolver R\$ 100 bilhões de depósitos compulsórios ao mercado e elevar juros, o que favoreceu a multiplicação dos movimentos especulativos ligados à rolagem da dívida pública. Nas circunstâncias atuais, a aplicação rigorosa dos princípios das teorias do crescimento revelaria que, em vez de surpreendente, audacioso e irresponsável, o BC teria sido até tímido.

RESULTADO DA BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2011

Ricardo Kureski*

A economia paranaense registrou forte recuperação em 2010, após anotar desempenho negativo em 2009, ano marcado pelos efeitos da crise mundial. O Produto Interno Bruto do Paraná fechou 2010 com crescimento real de 8,2%, contabilizando valor corrente de R\$ 220,368 bilhões, o que representou 6% da economia nacional. Como reflexo dessa retomada, segundos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os valores das exportações e importações avançaram 26,31% e 45,07%, respectivamente, em relação 2010.

Já, no primeiro semestre de 2011, o comércio exterior estadual apresentou ampliação do dinamismo, com variação de 27,1% no valor total de produtos exportados (US\$ 8,23 bilhões) e de 47,3% nas importações (US\$ 8,60 bilhões), em comparação a idêntico período do ano anterior. A forte ampliação das importações, decorrente principalmente da apreciação da moeda nacional, levou a um déficit de US\$ 366,885 milhões na balança comercial paranaense.

Nas exportações, destaca-se o crescimento de 47,08% das receitas geradas pelos produtos do complexo soja, que representam 34,01% das exportações estaduais (tabela 1). Analisando os produtos desse complexo, verifica-se que o resultado reflete principalmente as exportações de farelo, com alta de 103,2% e da soja em grão (23,75%). O aumento das exportações de farelo de soja foi consequência da evolução do volume embarcado e dos preços no mercado internacional, que, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), passaram de US\$ 329,86 por tonelada em julho de 2010 para US\$ 390,66 por tonelada em junho de 2011.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO-JUNHO 2010-2011

PRODUTO	JANEIRO A JUNHO 2010		JANEIRO A JUNHO 2011		VAR. (%)
	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	
Soja em grão	1 337 405 779	20,7	1 653 851 735	20,1	23,7
Carne de frango <i>in natura</i>	684 157 410	10,6	848 567 308	10,3	24,0
Farelo de soja	406 701 927	6,3	826 237 080	10,0	103,2
Açúcar bruto	302 530 155	4,7	511 927 142	6,2	69,2
Automóveis	516 307 374	8,0	352 187 099	4,3	-31,8
Óleo de soja bruto	158 244 723	2,4	317 954 668	3,9	100,9
Cereais	167 691 420	2,6	313 534 940	3,8	87,0
Papel	210 310 619	3,2	237 892 861	2,9	13,1
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	150 817 972	2,3	174 919 793	2,1	16,0
Madeira compensada ou contraplacada	133 957 828	2,1	143 326 560	1,7	7,0
Autopeças	111 830 953	1,7	132 647 891	1,6	18,6
Café solúvel	104 413 645	1,6	124 876 937	1,5	19,6
Óleos e combustíveis	18 854 054	0,3	120 937 151	1,5	541,4
Couro	78 949 858	1,2	115 622 724	1,4	46,5
Tratores	97 254 872	1,5	111 267 956	1,4	14,4
Compressores e bombas	77 424 875	1,2	102 209 903	1,2	32,0
Partes de motores para veículos	64 693 706	1,0	96 160 747	1,2	48,6
Veículos de carga	62 658 875	1,0	94 531 150	1,1	50,9
Azubos e fertilizantes	74 472 369	1,2	91 161 258	1,1	22,4
Demais madeiras e manufaturas de madeira	95 880 024	1,5	90 560 742	1,1	-5,5
Café cru em grão	28 265 046	0,4	89 839 902	1,1	217,8
Carnes salgadas	67 235 117	1,0	76 623 770	0,9	14,0
Motores para veículos	61 914 835	1,0	71 405 966	0,9	15,3
Carne suína <i>in natura</i>	58 303 873	0,9	69 235 740	0,8	18,7
Demais produtos	1 404 319 408	21,7	1 461 449 743	17,8	4,1
Total	6 474 596 717	100,0	8 228 930 766	100,0	27,1

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

FONTE: MDIC-SECEX
NOTA: Elaboração do IPARDES.

As exportações paranaenses do setor automotivo, outro importante segmento, somaram US\$ 675,527 milhões, o que correspondeu a 12,63% das exportações estaduais no período. Desse total, 63,16% referem-se às exportações de automóveis, sendo relevantes também as vendas de autopeças (13,68%), partes de motores para veículos (7,91%), veículos de carga (7,67%) e motores para veículos (7,57%). Neste setor, os automóveis registram queda de 31,8% na receita de exportação em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa queda deveu-se não somente à apreciação cambial, que dificulta as exportações, mas também à redução da produção da Volkswagen, no município em São José dos Pinhais, devido à greve dos metalúrgicos, que teve duração de 37 dias

Ademais, pode ser mencionada a expansão das exportações de café cru em grão (elevação de 217,8%), cereais (69,2%) e açúcar bruto (69,2%). Nesse último caso, houve forte influência da continuidade das altas cotações das *commodities*, que afetou, inclusive a produção de álcool. No primeiro semestre de 2011, as exportações paranaenses de açúcar somaram 979.906 toneladas, o que corresponde ao aumento de 24,10% em relação a idêntico intervalo de 2010.

Em relação às importações, ocorreu uma expansão de 47,3% no valor total. Com participação de 61,9% no total importado, o óleo bruto de petróleo se destaca na pauta das compras externas do Paraná. Outro destaque é a importação de automóveis, que atingiu US\$ 762,682 milhões no período de janeiro a junho de 2011, refletindo o crescimento do mercado doméstico, que, por sua vez, derivou da elevação do crédito, da valorização do real e do aumento dos salários reais. Verifica-se também o aumento da participação de fertilizantes, de 5,5% em 2010 para 8,9% em 2011, na pauta de importações paranaenses, evidenciando-se a disposição dos produtores rurais em investir na atual safra (tabela 2).

TABELA 2 - IMPORTAÇÕES SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO-JUNHO 2010-2011

PRODUTO	JANEIRO A JUNHO 2010		JANEIRO A JUNHO 2011		VAR. (%)
	Import. (US\$)	Part. (%)	Import. (US\$)	Part. (%)	
Óleos brutos de petróleo	770 191 394	13,2	1 247 280 489	14,5	61,9
Automóveis	323 563 537	5,5	762 681 196	8,9	135,7
Adbos e fertilizantes	272 279 868	4,7	719 715 933	8,4	164,3
Autopeças	424 755 712	7,3	602 198 764	7,0	41,8
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	277 690 190	4,8	434 870 708	5,1	56,6
Demais materiais elétricos e eletrônicos	293 416 526	5,0	344 855 715	4,0	17,5
Plásticos e suas obras	206 455 739	3,5	314 891 469	3,7	52,5
Produtos químicos orgânicos	249 094 187	4,3	278 689 632	3,2	11,9
Demais produtos metalúrgicos	139 186 430	2,4	191 426 230	2,2	37,5
Computadores e acessórios	121 946 156	2,1	182 886 087	2,1	50,0
Compressores e bombas	113 461 466	1,9	145 020 357	1,7	27,8
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	98 602 889	1,7	143 530 099	1,7	45,6
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	93 396 266	1,6	119 742 111	1,4	28,2
Produtos laminados planos de ferro ou aço	108 013 192	1,9	112 846 416	1,3	4,5
Partes de motores para veículos	80 163 934	1,4	110 085 464	1,3	37,3
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	42 659 574	0,7	109 545 334	1,3	156,8
Rolamentos e engrenagens	66 884 841	1,1	102 875 769	1,2	53,8
Pneumáticos e câmaras de ar	63 721 681	1,1	100 801 835	1,2	58,2
Motores para veículos	67 144 248	1,2	100 034 181	1,2	49,0
Demais produtos químicos	68 141 398	1,2	99 831 112	1,2	46,5
Papel	65 823 563	1,1	96 034 336	1,1	45,9
Demais produtos	1 887 553 085	32,4	2 275 972 840	26,5	20,6
Total	5 834 145 876	100,0	8 595 816 077	100,0	47,3

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Enfim, o resultado da balança comercial paranaense reflete a política cambial adotada pelo governo federal, utilizando a âncora cambial como instrumento para o controle da inflação. Entretanto, essa política tem prejudicado o desempenho do setor industrial, que perde competitividade no mercado externo. Para evitar a maior apreciação do real, no primeiro semestre de 2011, foram adotadas medidas econômicas, como a que não permite que os bancos mantenham posições vendidas em dólar superiores a US\$ 1 bilhão e a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), de contratos de derivativos cambiais, com o intuito de reverter a valorização acentuada da moeda nacional.

INDÚSTRIA QUÍMICA BRASILEIRA: UMA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL 2009

Francisco José Gouveia de Castro*

O cenário econômico mundial sofreu proeminentes alterações a partir de 2008, com a crise do sistema financeiro global e seus subsequentes impactos sobre as atividades produtivas. Os desdobramentos das turbulências financeiras foram evidenciados principalmente pela redução significativa da taxa de crescimento global em 2009, com a recessão das economias desenvolvidas, em especial as da Europa, Estados Unidos e Japão, e pela expansão modesta de alguns importantes países emergentes, cabendo ressaltar que, no caso brasileiro, houve decréscimo real de -0,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

Nesse contexto, não é surpreendente a queda de -7,1% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do complexo químico básico em 2009, no confronto com o exercício anterior, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE. Corroborando esse movimento, segundo a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), o faturamento líquido do segmento, em uma delimitação setorial mais ampla, alcançou R\$ 206,7 bilhões no período em questão, o que representou recuo de -7,0% em comparação com 2008.

Tais números são relevantes especialmente diante da importância estratégica da atividade química para o desenvolvimento do secundário brasileiro, compondo quase todas as cadeias da indústria de transformação. Esse encadeamento produtivo é comprovado principalmente pela abrangente utilização industrial dos derivados de petróleo não combustíveis, que resultam do craqueamento da nafta e do gás natural.

Em uma análise pormenorizada dos resultados da PIA, observa-se que o segmento de primeira geração petroquímica, composto por produtos da química orgânica, apresentou crescimento de 49,5% do VTI em relação a 2008 (tabela 1). Essa performance pode ser atribuída à expansão das atividades da Braskem, após as paradas programadas nas centrais petroquímicas de Camaçari e Triunfo em 2008, havendo, portanto, a influência de uma base de comparação deprimida. Em 2009, a Braskem produziu 2.256 mil toneladas de eteno, volume que refletiu também a forte demanda interna de outros segmentos da indústria química, como o farmacêutico, de produtos de higiene e cosméticos, e de tintas (tabela 1).

TABELA 1 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA - BRASIL - 2008-2009

ATIVIDADE	2008		2009		VAR. REAL (%)
	Valor (R\$)	Part. (%)	Valor (R\$)	Part. (%)	
Fabricação de produtos químicos	50.317.602	7,33	46.742.948	6,96	-7,10
Produtos químicos inorgânicos	13.666.124	1,99	9.616.270	1,43	-29,63
Produtos químicos orgânicos	5.377.862	0,78	8.038.890	1,20	49,48
Resinas e elastômeros	7.436.282	1,08	3.021.056	0,45	-59,37
Fibras artificiais e sintéticas	389.642	0,06	295.593	0,04	-24,14
Defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários	7.887.891	1,15	5.646.327	0,84	-28,42
Sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	7.659.020	1,12	9.725.067	1,45	26,98
Tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins	3.182.126	0,46	5.063.200	0,75	59,11
Produtos e preparados químicos diversos	4.718.655	0,69	5.336.546	0,79	13,09
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	16.090.389	2,34	18.301.356	2,72	13,74
Produtos farmoquímicos	189.149	0,03	244.701	0,04	29,37
Produtos farmacêuticos	15.901.240	2,32	18.056.655	2,69	13,56
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	21.264.330	3,10	23.358.366	3,48	9,85
Produtos de borracha	7.070.408	1,03	6.979.035	1,04	-1,29
Produtos de material plástico	14.193.922	2,07	16.379.330	2,44	15,40
Total da cadeia petroquímica	87.672.321	13,45	88.402.670	13,83	0,83
Total da indústria de transformação	651.934.867	94,92	639.079.769	95,13	-1,97

* Economista, coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos Setoriais do IPARDES.

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

NOTA: Para o cálculo da variação real de crescimento foi utilizado o Índice de Preços por Atacado (IPA) da Fundação Getúlio Vargas.

Já, no caso da segunda geração petroquímica, a fabricação de resinas e elastômeros apresentou redução de 59,4%, o que parece estar associado a um forte movimento de desestocagem. Este segmento segue uma forte desaceleração global, que vem redundando em redução significativa dos preços internacionais de resinas.

Por outro lado, os segmentos da terceira geração petroquímica apresentaram consideráveis variações positivas do VTI, podendo-se citar os ramos de produtos de material plástico (aumento de 15,4% em relação a 2008), tintas, vernizes e esmaltes (59,1%) e cosméticos, limpeza, perfumaria e higiene pessoal (27%). Tais aumentos podem ser imputados ao forte vínculo desses bens finais com o consumo doméstico, que, comparativamente à demanda externa, foi menos afetado pela crise global. Adicionalmente, não se pode esquecer dos incentivos governamentais vigentes em 2009, representados principalmente pela redução do IPI para os setores da linha branca e automobilística, que demandam grandes volumes de produtos plásticos.

Naturalmente, o comportamento da receita líquida das vendas industriais do segmento químico foi similar ao do VTI, com quedas expressivas de alguns ramos. Nessa situação, podem-se citar as atividades de fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, que anotaram declínios de 14,2% e 20,4%, respectivamente, das receitas em 2009 (tabela 2). Em condição oposta, a terceira geração petroquímica apresentou significativo crescimento, sendo relevantes os resultados das indústrias de produtos farmoquímicos (aumento em 107,8%), produtos de limpeza, cosméticos e perfumaria (18,5%), produtos farmacêuticos (15,4%) e produtos de material plástico (7%).

TABELA 2 - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS INDUSTRIAIS DO SEGMENTO QUÍMICO - BRASIL - 2008-2009

ATIVIDADE	2008	2009	VAR. REAL (%)
Fabricação de produtos químicos	150.134.618	139.363.212	-7,17
Produtos químicos inorgânicos	42.134.097	33.542.137	-20,39
Produtos químicos orgânicos	24.886.689	21.362.486	-14,16
Resinas e elastômeros	24.526.931	20.243.128	-17,47
Fibras artificiais e sintéticas	2.108.825	1.828.938	-13,27
Defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários	14.407.026	14.453.834	0,32
Sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	19.090.797	22.616.854	18,47
Tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins	10.627.403	11.562.451	8,80
Produtos e preparados químicos diversos	12.352.851	13.753.386	11,34
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	25.051.184	29.763.764	18,81
Produtos farmoquímicos	936.410	1.945.776	107,79
Produtos farmacêuticos	24.114.773	27.817.988	15,36
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	55.126.792	57.655.717	4,59
Produtos de borracha	16.601.588	16.413.993	-1,13
Produtos de material plástico	38.525.203	41.241.724	7,05

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

NOTA: Para o cálculo da variação real de crescimento foi utilizado o Índice de Preços por Atacado (IPA) da Fundação Getúlio Vargas.

Não obstante, o grau de industrialização, medido pela razão entre o Valor da Transformação Industrial (VTI) e o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), aponta uma redução significativa na fabricação de resinas e elastômeros, produtos químicos inorgânicos e fabricação de defensivos agrícolas. Tais atividades sofreram com o aumento dos custos operacionais industriais, decorrente do câmbio valorizado, e também com a diminuta demanda doméstica por bens manufaturados (tabela 3)

Já, no que tange ao pessoal ocupado na cadeia petroquímica, foi assegurada uma diminuta ampliação do quadro de pessoal ao longo do período. Entre os segmentos que contribuíram negativamente no resultado global, podem-se citar, principalmente, a fabricação de fibras artificiais e sintéticas (-19,3%) e a fabricação de resinas e elastômeros (-13,6%). Esses desempenhos se contrapõem às performances de outros ramos, como aqueles ligados à indústria automobilística (tabela 4).

TABELA 3 - RAZÃO ENTRE O VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) E O VALOR BRUTO DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VBPI), SEGUNDO DIVISÃO DA CADEIA PETROQUÍMICA - BRASIL - 2008-2009

ATIVIDADE	2008	2009
Fabricação de produtos químicos	32,25	33,74
Produtos químicos inorgânicos	30,60	29,30
Produtos químicos orgânicos	20,06	35,37
Resinas e elastômeros	30,84	16,96
Fibras artificiais e sintéticas	17,42	16,82
Defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários	48,75	36,90
Sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	39,95	42,53
Tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins	30,80	44,13
Produtos e preparados químicos diversos	37,68	38,79
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	62,60	61,99
Produtos farmoquímicos	24,95	23,01
Produtos farmacêuticos	63,75	63,45
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	38,00	40,74
Produtos de borracha	41,80	43,37
Produtos de material plástico	36,35	39,71
Total da cadeia petroquímica	18,44	19,61
Total da indústria de transformação	44,10	44,70

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Anual

TABELA 4 - PESSOAL OCUPADO NA CADEIA PETROQUÍMICA BRASILEIRA - 2008-2009

ATIVIDADE	2008		2009		VAR. (%)
	Pessoal Ocupado	Part. (%)	Pessoal Ocupado	Part. (%)	
Fabricação de produtos químicos	262.454	17,89	267.419	17,92	1,89
Produtos químicos inorgânicos	42.500	2,90	43.772	2,93	2,99
Produtos químicos orgânicos	21.365	1,46	21.964	1,47	2,80
Resinas e elastômeros	18.752	1,28	16.194	1,09	-13,64
Fibras artificiais e sintéticas	7.385	0,50	5.959	0,40	-19,31
Defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários	19.164	1,31	18.799	1,26	-1,90
Sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	81.789	5,57	85.443	5,73	4,47
Tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins	30.548	2,08	32.447	2,17	6,22
Produtos e preparados químicos diversos	40.951	2,79	42.841	2,87	4,62
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	94.096	6,41	93.920	6,29	-0,19
Produtos farmoquímicos	1.867	0,13	2.080	0,14	11,41
Produtos farmacêuticos	92.229	6,29	91.840	6,16	-0,42
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	377.141	25,70	384.695	25,78	2,00
Produtos de borracha	93.436	6,37	93.246	6,25	-0,20
Produtos de material plástico	283.705	19,33	291.449	19,53	2,73
Total da cadeia petroquímica	1.467.382	100,00	1.492.068	100,00	1,68

FONTE: IBGE - PIA

Enfim, deve-se levar em conta que são consideráveis os impactos da crise internacional sobre o desempenho da cadeia petroquímica brasileira, em especial sobre os segmentos que apresentam maior dependência em relação à demanda internacional. Nessas condições, tornam-se ainda mais importantes medidas de ordem microeconômica que permitam atingir vantagens em termos de custos, em conjunto com preços macroeconômicos favoráveis à competitividade nacional, cabendo mencionar a variável cambial.

A inflação registrada em 2010 através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 5,91% e situou-se próxima do limite superior da banda de tolerância (6,5%), significativamente acima do centro da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central (BC). O potencial de indexação formal e informal de preços na economia brasileira, combinado com a transição governamental e com a expansão de crédito direcionado e livre, inquinou as expectativas para a taxa de 2011. O persistente processo de valorização global das *commodities* também aumentou o pessimismo do mercado, uma vez que o grupo Alimentação e Bebidas respondeu por inflação de 10,39% no IPCA de 2010.

A estratégia para a contenção da inflação depende do desempenho de quatro vetores de ação: ajuste fiscal, elevação da taxa de juros, controle da velocidade de expansão do crédito e, como política de longo prazo, desindexação de contratos de serviços públicos. A reversão das expectativas exerce um papel significativo em qualquer plano anti-inflacionário, tanto mais importante quanto for a propensão à indexação de preços livres ou administrados (concessões de serviços públicos). Ao expandir o horizonte de acomodação da inflação à meta estipulada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), o BC demonstra nenhuma estesia ao torvo anelo do mercado financeiro por choque de juros reais.

Associada ao ciclo de paulatina elevação das taxas de juros, encerrada e parcialmente revertida em agosto, a intervenção do BC no mercado de crédito, realizada desde o final do ano passado através de instrumentos normativos de restrição de oferta, ou medidas macroprudenciais, tem mostrado um viés pedagógico, ao embridar o endividamento familiar. Consideradas inócuas pelo mercado, tais medidas tiveram pouco, se algum, impacto na formação de expectativas sobre a inflação de 2011. O conjunto de agentes que responde ao boletim Focus mostrou-se mais preocupado com o nível de emprego, crescimento da massa salarial, inexequibilidade de ajuste fiscal, necessidade de obras de infraestrutura com aporte de recursos estatais, e perspectivas de crescimento da massa salarial – baseadas nos dissídios que ocorrerão até o final de 2011 e no reajuste do salário mínimo programado para o próximo semestre.

As medidas de restrição ao crédito do BC, ainda que produzam efeitos sobre a inflação, tiveram como objetivo limitar o endividamento de empresas e, principalmente, de particulares. No ano passado, a despesa de consumo das famílias respondeu por 60,5% do PIB. No último triênio, o crescimento real dos salários, associado ao crescimento da oferta de crédito (principalmente através das carteiras de bancos públicos) e ao incentivo ao consumo – promovido através do ciclo de reduções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), como instrumento de combate à queda do nível de atividade provocada pela recessão internacional – gerou considerável endividamento familiar.

Em 2003, o volume de empréstimos destinado ao consumo era equivalente a 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Em 2010, essa proporção alcançou 17,5%. Atualmente, de acordo com o BC e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a parcela da renda familiar comprometida com o pagamento de amortização e juros chega a 19,5%. No ano passado, houve variação nominal de 23,94% no volume de operações de crédito a pessoas físicas, em relação a 2009, realizado por instituições financeiras. O crédito pessoal e aquele destinado à aquisição de veículos foram predominantes, com 50,16% e 31,03%, respectivamente, de participação no total contratado. Ressalte-se que 85% dos empréstimos pessoais são compostos por consignados, majoritariamente concedido a funcionários públicos e pensionistas. Essa modalidade de crédito, ao reduzir a renda mensal futura dos tomadores através de descontos em folha de pagamento, pode contribuir para o descontrole de orçamentos familiares.

O crescimento da parcela da renda pessoal comprometida com o pagamento de dívidas, porém, não foi acompanhado por expansão do nível de inadimplência. Em dezembro do ano

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

passado, a inadimplência superior a 90 dias em operações de crédito com recursos livres chegou a 5,68%. Esse percentual é bem próximo do menor patamar da série histórica mensal, 5,34%, registrado pelo BC em outubro de 2000. A queda da inadimplência, por sua vez, impulsionou a oferta de crédito, através da elevação da tolerância ao risco das instituições.

A tendência é de que indivíduos endividados recorram a linhas de fácil acesso em momentos de descontrole orçamentário. O processo de formalização do emprego ocorrido nos últimos anos foi acompanhado de inserção de trabalhadores no sistema bancário e, conseqüentemente, de acesso a produtos financeiros até então indisponíveis. O período de doze meses terminado em junho deste ano registrou crescimento de 10% no número de cartões de crédito em circulação, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). O endividamento no cartão de crédito e no cheque especial está sujeito a taxas historicamente caras, e recentemente majoradas pelas mudanças na política monetária. Em julho, de acordo com a Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), a taxa média cobrada pelos cartões de crédito alcançou 10,69% ao mês (238,30% ao ano). No mesmo mês, as taxas médias do cheque especial, segundo o BC, chegaram a 188% ao ano.

Alguns indicadores demonstram o estágio de contração: no final de maio, em comparação com dezembro do ano passado (mês em que as medidas começaram a ser implementadas), a aprovação de novos financiamentos para aquisição de veículos caiu 17,4%; no mesmo período, a média diária de concessões no cartão de crédito e no cheque especial cresceu 15%, de acordo com o BC. A única linha de crédito que manteve taxas relativamente estáveis nesse período foi a consignada com desconto em folha. O crédito pessoal sem desconto em folha sofreu encarecimento de 10%.

A inflação e a elevação dos custos de crédito explicam, parcialmente, a retirada líquida de R\$ 3 bilhões da caderneta de poupança no primeiro semestre. Embora tenha havido migração de recursos da poupança para fundos de renda fixa, mais recompensadores graças à alta da Selic, endividamento e alta de preços foram determinantes para a pequena captação do período.

A combinação entre maior comprometimento da renda familiar e abundante crédito para o consumo exigiu a ação do BC. A declarada meta de expansão do crédito, 20% em 2011, tende a ser facilmente suplantada. A partir de outubro, a instituição monitorará todos os empréstimos de instituições financeiras que ultrapassem R\$ 1.000,00, reunindo dados como finalidade do contrato, idade e nível de renda do contratante. Atualmente, o limite em que a vigilância é exercida se encontra em R\$ 5.000,00. As informações recolhidas permitirão à autoridade monetária verificar tendências do mercado, analisar a capacidade de gerenciamento de riscos e, eventualmente, exigir aumento das provisões dos bancos.

Essa medida somar-se-á à criação da Central de Cessão de Crédito. Desde o final de agosto, o Conselho Monetário Nacional exige que a transferência de carteiras de crédito entre bancos seja registrada nesta central, administrada pela Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), vinculada à Febraban. Essas carteiras são compostas, predominantemente, por empréstimos consignados e aqueles destinados à aquisição de veículos e vendidas por pequenos e médios bancos que precisam de liquidez. Com essa medida, previne-se fraude como a identificada no Banco Panamericano.

A regulação bancária brasileira, com baixa tolerância à alavancagem das dívidas, contribui para restringir a expansão do crédito. As modalidades de financiamento que mais cresceram são aquelas de menor risco (imóveis, consignado). Assim, ao limitar o crédito ao consumo, o BC parece exercer papel tutorial sobre aqueles para quem a inflação provoca disrupção nas finanças, ao mesmo tempo em que exige comedimento e prudência daqueles que fiscaliza.

AGROINDÚSTRIA

Convênio entre Yoki e Banco do Brasil

A indústria de alimentos Yoki e o Banco do Brasil firmaram convênio para o financiamento da produção de cerca de 3 mil agricultores, fornecedores da companhia. Crédito de aproximadamente R\$ 163 milhões será concedido a produtores de amendoim, mandioca, milho e soja do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Compromisso de compra e venda da produção será estabelecido entre agricultores e empresas do grupo Yoki no momento da contratação da operação de custeio.

No Paraná, a empresa conta com indústrias nos municípios de Cambará (Norte Pioneiro), Guaíra (Região Oeste) e Paranaíba (Região Noroeste).

CONVÊNIO com a Yoki. Valor Econômico, São Paulo, 15 jul. 2011. Empresas, p.B11.

Cooperados da Coamo manterão área plantada de soja e milho

A Coamo Agroindustrial Cooperativa, sediada em Campo Mourão (Região Centro-Ocidental do Paraná), prevê que seus 23 mil associados irão cultivar 1,62 milhão de hectares com soja e 187,3 mil hectares com milho na próxima safra. Assim, a área plantada de soja deve ser 1,1% menor do que a safra 2010/2011 e a área plantada de milho deve crescer 11%. A área das duas culturas deve se manter estável em relação à última colheita.

Nos próximos anos, os cooperados tendem a testar o plantio dos grãos em áreas de arenito no noroeste do Estado, uma vez que suas áreas próprias para cultivo já estão ocupadas. A Coamo estima que o faturamento deste ano cresça 10% em relação ao do ano passado e alcance R\$ 5,2 bilhões. Deste resultado, prevê que US\$ 1 bilhão seja arrecadado com exportações.

Lanznaster, Mário. Cooperativas detêm 50% do agronegócio. DCI, São Paulo, 23 jul. 2011. p.B10.

Rocher, José. Coamo releva crise e confirma área de plantio. Gazeta do Povo, Curitiba, 18 ago. 2011. p.20.

Complexo da Vilma Alimentos em Cambé

A companhia mineira Vilma Alimentos construirá silos, moinho e fábrica de massas no município de Cambé, na região Norte Central paranaense. Aproximadamente R\$ 17 milhões foram investidos na construção dos silos e estima-se que um montante de R\$ 60 milhões seja alocado no projeto nos próximos cinco anos.

O interesse da empresa surgiu da necessidade de separar as variedades de grãos de trigo de acordo com sua utilização na produção. Inicialmente, os seis silos poderão estocar 36 mil toneladas de grãos. No fim do próximo ano, com a construção de novos silos, a expectativa é de que a capacidade de armazenamento chegue a 100 mil toneladas. Os planos da Vilma Alimentos contemplam a utilização da estrutura para estocagem de soja durante a entressafra de trigo.

A empresa, que no ano passado alcançou faturamento de R\$ 429 milhões, demanda 10 mil toneladas de trigo ao mês para sua fábrica de massas em Minas Gerais.

BATISTA, Fabiana. Vilma Alimentos chega ao PR e planeja verticalização. Valor Econômico, São Paulo, 1º ago. 2011. Empresas, p.B12.

Cargill construirá fábrica em Castro

A multinacional norte-americana Cargill construirá planta de processamento de milho para fabricação de amidos e adoçantes no município de Castro, na região Centro-Oriental paranaense. Estima-se que a unidade demandará investimento de R\$ 350 milhões e comece a operar no segundo semestre de 2013.

* Elaborado com informações disponíveis de 1º/07/2011 a 31/08/2011.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Inicialmente, a fábrica terá capacidade de beneficiar 800 mil toneladas de milho diariamente e será capaz de gerar parte da energia necessária para seu funcionamento, com a utilização de biomassa. A prefeitura local isentou o empreendimento de pagamento de impostos locais por dez anos. Há a possibilidade de que até seis empresas-satélites, fornecedoras ou prestadoras de serviço à Cargill, também se instalem no complexo.

Cargill assina protocolo para nova fábrica. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 06 ago. 2011. p.18.

Batavo Cooperativa inaugurou nova fábrica

A Batavo Cooperativa Agroindustrial inaugurou nova fábrica no município de Carambeí, região Centro-Oriental paranaense. A unidade é capaz de processar, diariamente, 400 mil litros de leite. Estima-se que a capacidade cresça para 1,2 milhão de litros por dia em janeiro do próximo ano, quando todo o novo complexo estiver funcionando.

Cerca de R\$ 60 milhões foram investidos nessa expansão. Fundada há 85 anos, a cooperativa espera alcançar faturamento anual superior a R\$ 1 bilhão em 2013.

Nova unidade da Batavo. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 ago. 2011. p.6.

INDÚSTRIA

O Boticário planeja produção no nordeste e investe em vestuário

Sediada no município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, a fabricante de perfumes e cosméticos O Boticário planeja construir uma indústria e um centro de distribuição no nordeste do País. O empreendimento, avaliado em R\$ 350 milhões beneficiar-se-ia da proximidade com o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia, e dos incentivos concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, autarquia vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

No final de agosto, O Boticário adquiriu cerca de 20% do capital da empresa de *lingerie* Scalina, controladora das marcas Scala e Trifil. A empresa acredita que a Scalina possui uma linha de produtos complementar à sua. A Scalina possui uma rede de 104 franqueados e O Boticário, rede com mais de 3.000 pontos de venda, entre lojas próprias e franqueadas.

COSTA, Melina; SCHELLER, Fernando. O Boticário compra fatia da dona da Trifil e entra no setor de *lingeries*. *O Estado de S. Paulo*, 23 ago. 2011. Economia, p.B16.

KOIKE, Beth; LIMA, Marli. Com Scala e Trifil, Boticário entra na área de moda. *Valor Econômico*, São Paulo, 23 ago. 2011. Empresas, p.B6.

RIOS, Cristina. Boticário terá fábrica no Nordeste. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 1º jul. 2011. p.24.

Nutrimental investe em pesquisa

A indústria de alimentos Nutritional, sediada em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, investiu R\$ 15 milhões no reaparelhamento de seu centro de pesquisas, onde funcionam dois laboratórios. A empresa planeja elevar em 30% a capacidade instalada de produção de barras de cereal de sua fábrica.

A empresa faturou R\$ 270 milhões em 2010 e tem expectativa de chegar a R\$ 350 milhões em 2011. No último ano, a empresa expandiu em 80% sua rede de distribuição. Além das barras de cereal, a Nutritional produz merendas escolares, *shakes*, refrescos em pó, sopas e cereais matinais. A companhia exporta parte da produção para o Mercosul e África.

CUNHA, Lílian. Nutritional foca classe C para elevar venda de "barrinhas". *Valor Econômico*, São Paulo, 07 jul. 2011. Empresas, p.B5.

RIOS, Cristina. Nutritional quer competir contra *junk food*. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 ago. 2011. Economia, p.3.

SHAKE de um bilhão. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 ago. 2011. Empresas, p.B5.

Masisa ampliará unidade de Ponta Grossa

A unidade de fabricação de painéis de madeira da Masisa, localizada em Ponta Grossa, na região Centro-Oriental paranaense, passará por ampliação. Cerca de R\$ 9,8 milhões serão alocados na aquisição de equipamentos e na ampliação da área construída do complexo. Com esse investimento, a empresa será capaz de duplicar sua produção de papel impregnado, insumo necessário à fabricação de *medium-density fiberboards* (MDF), placas de madeira utilizadas em indústrias de móveis e na construção civil.

Masisa amplia fábrica em Ponta Grossa. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 08 jul. 2011. p.20.

Caterpillar investirá R\$ 170 milhões em Campo Largo

A Caterpillar, fabricante de material de transporte e de equipamentos para a construção civil, se instalará no município de Campo Largo, Região Metropolitana de Curitiba. A companhia comprou o terreno onde funcionava a fábrica da Chrysler. Até 2013, a Caterpillar investirá R\$ 170 milhões nesta planta, onde produzirá carregadeiras de pequeno porte e retroescavadeiras. A multinacional de capital norte-americano opera no Brasil desde 1954.

A prefeitura de Campo Largo isentou a empresa do pagamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e, por cinco anos, do recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Haverá, também, dilação de oito anos no pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), concedida pelo governo estadual.

Caterpillar vai investir R\$ 170 mi em fábrica. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 ago. 2011. p.25.

FADEL, Evandro. Caterpillar investe R\$ 170 milhões em fábrica no Paraná. *O Estado de S. Paulo*, 11 ago. 2011. Economia, p.B18.

Novos investimentos da Novozymes em Araucária

A Novozymes inaugurará em novembro deste ano novo laboratório para desenvolvimento de etanol em sua planta, localizada em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba. A empresa de capital dinamarquês aportou R\$ 3,5 milhões na iniciativa. A área de produção de enzimas para detergentes e ração para animais deve passar por remodelação, estimada em R\$ 27 milhões. Essa unidade industrial funciona desde 1989 e produz enzimas para diversos ramos industriais, entre os quais os de alimentos, bebidas e têxteis.

As pesquisas ligadas à produção de etanol levaram a companhia a planejar a construção de nova fábrica no interior do Estado de São Paulo, próximo a usinas. Em 2010, a Novozymes realizou faturamento de US\$ 1,7 bilhão – a operação brasileira respondeu por 8% desse montante.

LIMA, Marli. Novozymes planeja construir unidade no interior paulista. *Valor Econômico*, São Paulo, 18 ago. 2011. Empresas, p.B12.

SERVIÇOS

Capital Realty investirá R\$ 200 milhões em logística

A empresa paranaense Capital Realty investirá R\$ 160 milhões na construção de um condomínio logístico em Curitiba. Sua operação, que combina armazenamento, centro de distribuição, posto de combustível e demais serviços associados, ocupará área construída de 130 mil metros quadrados. Montante de R\$ 40 milhões será alocado pela empresa em Itajaí (SC), para expansão de outro empreendimento do gênero, já em funcionamento.

FRIAS, Maria Cristina. Empresa paranaense investe R\$ 200 mi em logística. *Folha de S. Paulo*, 04 ago. 2011. Mercado, p.B2.

ALL e Ouro Verde criam nova empresa de transporte rodoviário

A América Latina Logística (ALL), controladora da maior malha ferroviária do País, investirá no transporte rodoviário através de uma nova subsidiária, batizada de Ritmo Logística. A Ritmo foi criada em parceria com a Ouro Verde Transporte, empresa fundada há 38 anos que realiza operações nos países do Cone Sul. Ouro Verde e ALL têm sede em Curitiba. A primeira deterá 35% do capital da Ritmo e a segunda, 65%.

A Ritmo planeja investir R\$ 150 milhões na expansão da frota ao longo dos próximos dois anos. A companhia, que terá gestão separada de suas fundadoras, nasce com frota de aproximadamente 700 máquinas e tem o objetivo de atender a demanda por transporte de cargas no entorno das ferrovias. A ALL atuava discretamente no modal rodoviário, que respondeu por 3% de sua receita bruta no ano passado.

Em operação independente, a ALL passou a transportar biodiesel no trecho de 700 quilômetros entre Esteio (RS) e Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba. Há planos de que o biodiesel seja distribuído para quatro outros terminais, avaliados em R\$ 60 milhões, alocados por distribuidoras de combustíveis. Em 2010, a empresa transportou 8,5 bilhões de litros de combustíveis (gasolina, diesel e álcool).

LIMA, Marli. ALL entra no transporte de biodiesel e investe em terminais. Valor Econômico, São Paulo, 15 ago. 2011. Empresas, p.B7.

PEREIRA, Renée. ALL cria empresa para atuar em carga rodoviária. O Estado de S. Paulo, 1º jul. 2011. Economia, p.B15.

PUPPO, Fábio. ALL vai ampliar atuação em rodovias. Valor Econômico, São Paulo, 1º jul. 2011. Empresas, p.B8.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011 ⁽¹⁾	1 132	3 193	2 836	39 230	189 266	4 825	31 175	792 598	25 424

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011 ⁽¹⁾	75 653	109 929	1 453	649 978	51 044 980	78 564	51 062	189 765	3 716

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2011

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO			conclusão
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535	
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481	
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385	
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125	
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207	
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 302 840	5 803 713	2 488	
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870	
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685	
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449	
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478	
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481	
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046	
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824	
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018	
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248	
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285	
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212	
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097	
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559	
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482	
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298	
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 080 597	12 689 549	4 499	
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004	
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065	
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444	
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266	
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664	
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068	
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191	
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010	
2010	520 798	792 010	1 521	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986	
2011 ⁽¹⁾	523 710	815 864	1 558	201 648	4 542 797	22 535	2 485 890	11 578 905	4 658	

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO			
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937	
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166	
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872	
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187	
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342	
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081	
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115	
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921	
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832	
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753	
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164	
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687	
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311	
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470	
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690	
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658	
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930	
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812	
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690	
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045	
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369	
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107	
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504	
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607	
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246	
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199	
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580	
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270	
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789	
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916	
2010	369	831	2 252	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916	
2011 ⁽¹⁾	369	971	2 631	4 557 248	15 432 263	3 386	1 023 191	2 487 528	2 515	

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2011

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Fevereiro	202 095	22 914	38 992
1998	854 517	236 358	193 435	Março	239 997	28 977	43 854
1999	957 237	198 873	229 466	Abril	225 476	27 639	42 257
2000	1 041 412	181 113	235 315	Maió	232 068	28 791	43 956
2001	1 121 828	197 985	263 451	Junho	228 155	30 774	45 041
2002	1 235 681	219 350	333 951	Julho	245 922	28 951	47 393
2003	1 344 398	219 774	359 139	Agosto	233 291	27 815	46 412
2004	1 557 656	276 808	340 645	Setembro	232 140	31 644	46 126
2005	1 788 481	308 947	367 765	Outubro	224 600	31 111	46 455
2006	1 856 538	316 897	390 394	Novembro	221 656	27 764	45 675
2007	2 057 318	295 010	437 152	Dezembro	229 016	31 579	49 125
2008	2 480 908	279 609	454 340	2011 ⁽¹⁾	703 777	65 600	142 908
2009	2 489 061	282 220	509 156	Janeiro	228 175	21 329	45 270
2010 ⁽¹⁾	2 725 634	338 599	531 514	Fevereiro	227 467	20 637	45 795
Janeiro	211 217	20 641	36 228	Março	248 135	23 633	51 843

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2011

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010 ⁽¹⁾	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Fevereiro	236 525	33,41	58 929	8,32	389 202	54,97	23 351	3,30	708 008
Março	552 307	48,00	73 135	6,36	491 342	42,70	33 953	2,95	1 150 737
Abril	719 459	55,33	105 178	8,09	455 439	35,02	20 258	1,56	1 300 333
Maió	665 359	48,80	141 768	10,40	527 566	38,70	28 627	2,10	1 363 320
Junho	504 716	40,49	185 445	14,88	531 738	42,66	24 518	1,97	1 246 417
Julho	598 249	43,34	185 828	13,46	576 445	41,76	19 933	1,44	1 380 455
Agosto	640 434	44,19	204 441	14,11	582 133	40,17	22 303	1,54	1 449 311
Setembro	619 903	46,05	180 080	13,38	529 808	39,36	16 436	1,22	1 346 227
Outubro	513 750	41,89	165 851	13,52	527 062	42,97	19 901	1,62	1 226 564
Novembro	411 827	35,08	205 341	17,49	538 929	45,90	17 978	1,53	1 174 075
Dezembro	330 319	29,37	227 058	20,19	545 375	48,49	22 030	1,96	1 124 782
2011 ⁽¹⁾	4 645 621	47,77	1 291 444	13,28	3 581 353	36,83	206 197	2,12	9 724 615
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maió	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132
Junho	897 361	51,54	266 370	15,30	545 349	31,32	32 046	1,84	1 741 126
Julho	646 727	43,24	238 104	15,92	581 660	38,89	29 192	1,95	1 495 684

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2011

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010 ⁽¹⁾	14 176 010	13 956 180	219 831	201 915 285	181 670 680	20 244 606
Janeiro	705 782	908 154	- 202 372	11 305 067	11 484 607	- 179 540
Fevereiro	708 008	809 435	- 101 427	12 197 237	11 807 714	389 524
Março	1 150 737	924 850	225 886	15 727 499	15 055 551	671 948
Abril	1 300 333	999 974	300 360	15 161 211	13 878 094	1 283 118
Mai	1 363 320	1 050 878	312 442	17 702 500	14 255 510	3 446 990
Junho	1 246 417	1 140 844	105 573	17 093 912	14 822 015	2 271 897
Julho	1 380 455	1 301 766	78 689	17 672 925	16 317 631	1 355 293
Agosto	1 449 311	1 372 501	76 811	19 236 253	16 823 271	2 412 982
Setembro	1 346 227	1 382 615	- 36 388	18 832 790	17 745 509	1 087 281
Outubro	1 226 564	1 437 282	- 210 718	18 380 418	16 528 904	1 851 515
Novembro	1 174 075	1 381 830	- 207 756	17 687 332	17 378 538	308 794
Dezembro	1 124 782	1 246 050	- 121 268	20 918 140	15 551 332	5 366 808
2011 ⁽¹⁾	9 724 615	10 048 479	- 323 864	140 555 390	124 468 768	16 086 622
Janeiro	864 680	1 283 561	- 418 881	15 214 353	14 815 828	398 525
Fevereiro	1 027 035	1 175 123	- 148 088	16 732 470	15 537 331	1 195 139
Março	1 327 415	1 348 765	- 21 350	19 285 977	17 736 691	1 549 286
Abril	1 567 543	1 454 532	113 011	20 172 977	18 312 412	1 860 565
Mai	1 701 132	1 679 652	21 480	23 208 657	19 688 652	3 520 005
Junho	1 741 126	1 653 942	87 183	23 689 079	19 261 156	4 427 923
Julho	1 495 684	1 452 902	42 782	22 251 877	19 116 699	3 135 178

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2011

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	88,61	82,66	80,93	94,56	85,39	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	134,35	133,69	123,09	137,79	128,30	
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	132,72	132,66	121,73	136,39	126,95	
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	122,25	111,52	90,78	109,02	132,23	
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,30	228,77	229,31	193,72	217,93	199,63	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,84	220,47	193,64	181,76	213,74	203,79	
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,78	83,57	87,13	98,96	108,70	125,58	177,03	158,76	152,90	123,79	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1 071,68	1 466,87	1 106,34	1 312,99	1 674,87	1 583,64	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,51	251,07	212,15	180,00	229,33	222,67	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,82	149,43	143,54	130,53	149,71	142,10	
ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	
Combustíveis e lubrificantes	88,32	87,49	94,39	93,14	91,00	88,15	86,52	90,71	83,12	84,65	80,85	88,89	78,22	82,40	83,68	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	127,53	126,80	134,08	136,34	129,83	140,29	131,51	162,91	135,17	133,52	125,55	137,10	150,43	129,71	134,69	
Hipermercados e supermercados	125,96	125,09	132,26	134,51	128,00	138,53	129,61	160,98	133,49	132,04	123,89	135,48	148,65	127,88	132,99	
Tecidos, vestuário e calçados	139,26	115,07	121,86	113,00	113,21	114,25	110,09	196,67	112,66	109,77	93,38	105,79	120,11	128,98	117,92	
Móveis e eletrodomésticos	233,55	207,22	211,70	221,43	220,43	226,56	240,41	343,37	244,78	266,44	224,76	231,96	227,69	288,84	228,96	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	214,76	213,16	221,43	226,76	219,51	233,16	237,34	286,64	236,37	224,61	217,08	245,63	231,20	252,46	247,21	
Livros, jornais, revistas e papelaria	127,55	126,30	118,85	129,03	116,50	62,62	60,16	153,42	139,82	157,25	168,67	134,43	120,38	135,84	122,33	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1 665,68	1 480,93	1 347,86	1 664,87	1 963,51	1 091,53	1 316,01	1 394,23	1 404,33	1 110,25	1 189,07	1 302,13	1 227,86	1 737,53	1 859,11	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	253,77	240,84	246,05	253,43	230,57	258,19	248,15	437,72	238,78	235,33	209,89	233,48	248,04	247,96	257,95	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	148,67	141,56	147,66	150,71	146,63	153,06	146,92	195,08	149,90	149,75	137,88	149,55	155,16	155,68	151,36	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2011

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																			
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3	131,6	150,3
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	114,4	123,9	122,5	129,1
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	131,0
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																			
	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Mai/10	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Mai/11	Jun/11	
Indústria de transformação	126,9	123,6	168,9	140,3	164,4	161,7	162,8	149,4	159,5	147,2	158,0	140,7	150,0	149,7	135,7	153,4	142,3	154,7	164,4	
Alimentos	79,3	87,2	107,3	118,0	125,0	132,9	139,8	138,9	133,1	121,7	122,9	95,8	111,3	87,0	91,6	109,1	114,1	133,5	132,7	
Bebidas	119,7	128,1	145,0	125,5	160,8	127,1	105,7	125,3	149,0	162,4	161,0	175,4	128,3	128,2	124,0	141,5	137,1	130,7	108,4	
Madeira	65,4	64,4	81,0	82,6	89,1	87,8	87,8	83,1	80,9	81,0	83,5	74,3	79,9	77,8	74,3	83,4	79,6	82,4	82,1	
Celulose, papel e produtos de papel	144,5	127,2	150,9	137,6	145,7	113,6	145,5	139,4	141,2	138,5	147,4	141,0	137,8	148,1	135,1	152,2	140,3	146,4	104,5	
Edição, impressão e reprodução de gravações	347,6	241,5	771,5	348,2	662,4	618,4	454,7	291,0	528,1	193,3	457,4	437,6	356,0	748,1	153,1	389,8	187,5	172,9	484,6	
Refino de petróleo e álcool	91,7	85,6	100,8	101,0	106,4	100,2	94,7	42,4	84,3	99,5	99,8	93,9	97,3	93,1	81,4	82,7	102,2	115,1	109,0	
Outros produtos químicos	85,4	74,6	55,6	44,5	57,3	67,6	95,5	58,9	67,2	76,9	75,9	43,8	68,7	70,8	72,4	54,5	58,9	78,4	77,5	
Borracha e plástico	131,3	125,9	144,3	114,2	120,3	130,1	138,4	131,6	129,9	132,1	131,1	119,7	131,1	124,7	125,9	139,5	126,3	132,6	137,6	
Minerais não metálicos	110,3	113,5	132,7	123,5	130,1	128,7	133,5	138,9	137,6	142,0	138,1	127,7	132,5	124,0	124,7	136,1	134,1	140,8	135,6	
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	105,4	104,0	123,9	114,4	123,4	127,2	125,4	129,1	127,5	128,8	126,0	111,0	129,7	118,3	119,8	132,9	130,1	143,6	133,2	
Máquinas e equipamentos	154,1	178,8	196,8	159,2	189,1	172,1	162,3	199,3	183,6	195,2	190,9	160,5	174,4	146,1	179,9	203,8	155,3	183,8	177,5	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	114,3	99,8	123,0	108,2	119,4	151,0	138,8	143,6	151,9	136,4	150,3	134,7	147,0	115,8	153,0	151,1	117,2	175,3	169,6	
Veículos automotores	254,3	260,4	335,4	295,9	308,8	324,0	366,0	365,2	318,9	338,5	316,9	298,5	363,8	275,5	384,8	369,9	378,4	378,0	396,2	
Mobiliário	90,1	93,2	131,0	100,1	104,6	100,3	101,3	113,4	115,4	114,2	121,8	117,4	96,2	100,8	103,8	93,7	85,1	98,1	95,9	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2011

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Jan/10	Fev/10	Mar/10	Abr/10	Maio/10	
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	101,9	102,3	102,8	103,5	104,3	
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	71,8	71,4	69,6	71,8	71,1	
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	102,3	102,7	103,2	103,9	104,7	
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	150,9	149,6	150,0	150,9	152,2	
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	170,8	289,3	292,2	282,3	213,6	
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	81,1	80,3	81,0	82,8	84,5	
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	95,8	97,1	95,0	93,4	93,0	
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	104,3	101,8	105,7	105,4	106,2	
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	33,7	34,1	34,3	35,1	35,0	
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	125,7	125,6	125,8	127,5	130,2	
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	235,0	233,0	233,9	220,8	231,7	
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	97,6	97,0	98,1	100,4	101,7	
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	79,7	80,3	82,0	81,2	81,1	
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	125,5	128,3	126,1	126,5	127,0	
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	74,7	76,3	79,5	80,8	80,3	
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	103,9	104,0	103,5	104,1	107,7	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	163,9	165,6	168,8	173,1	172,7	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	105,6	107,0	107,8	109,2	107,3	
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	142,9	142,8	143,8	145,7	148,1	
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	56,7	57,2	58,9	59,6	60,6	

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Jun/10	Jul/10	Ago/10	Set/10	Out/10	Nov/10	Dez/10	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abr/11	Maio/11	Jun/11		
Indústria geral	104,5	104,7	104,7	105,4	106,4	105,9	103,9	108,0	104,2	105,5	107,4	109,0	110,7	111,2		
Indústrias extrativas	72,5	72,9	73,4	73,3	72,3	70,2	69,6	67,5	68,4	67,9	66,6	66,7	67,8	67,4		
Indústria de transformação	104,9	105,1	105,1	105,8	106,8	106,3	104,3	108,5	104,7	106,0	107,9	109,5	111,2	111,7		
Alimentos e bebidas	154,1	154,2	153,2	154,8	157,8	154,9	154,1	164,8	152,2	155,0	161,8	168,6	174,0	177,4		
Fumo	164,9	103,1	95,2	95,4	102,4	107,8	107,3	255,4	205,7	278,4	293,5	302,4	279,9	172,8		
Têxtil	84,5	85,6	83,9	83,7	82,0	84,0	82,2	86,4	84,6	85,8	86,3	87,3	87,4	87,2		
Vestuário	92,3	92,9	92,6	91,8	92,6	91,8	88,6	89,9	87,8	91,6	89,7	89,8	91,0	89,4		
Calçados e couro	106,3	106,3	105,0	104,1	102,3	98,3	92,0	92,3	89,9	91,0	91,5	91,7	95,9	94,0		
Madeira	34,6	34,4	33,8	33,5	33,1	32,9	32,1	31,2	31,9	31,2	31,6	31,5	30,7	30,4		
Papel e gráfica	130,3	130,4	131,0	133,9	136,6	136,7	134,7	133,6	134,1	132,8	133,7	133,1	132,4	135,8		
Refino de petróleo e combustíveis	232,1	232,2	231,0	229,8	228,8	224,4	188,7	211,9	180,3	185,2	218,9	224,8	230,7	231,8		
Produtos químicos	102,5	100,8	99,4	99,8	100,7	100,9	100,1	99,3	100,7	99,4	97,4	97,8	100,0	100,5		
Borracha e plástico	80,3	78,9	79,2	80,8	79,8	78,7	76,9	79,8	77,9	78,6	81,5	80,9	81,1	78,7		
Minerais não-metálicos	127,9	129,9	131,1	126,0	128,7	129,7	129,3	128,4	126,6	127,5	128,1	126,8	129,0	132,3		
Metalurgia básica	80,5	79,2	80,4	79,5	79,8	78,4	77,7	83,5	82,2	82,9	83,7	84,1	83,9	84,5		
Produtos de metal ⁽¹⁾	109,4	111,0	113,2	120,1	120,6	123,1	114,0	126,0	123,1	127,3	124,7	123,2	127,7	130,1		
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	173,0	173,8	173,6	174,1	174,4	171,8	165,5	162,2	166,1	164,1	164,9	161,5	159,5	157,2		
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	109,2	110,5	112,2	113,7	114,5	116,7	116,8	131,5	121,3	124,3	128,7	133,2	140,3	141,1		
Fabricação de meios de transporte	149,1	150,0	151,9	152,8	155,3	157,2	159,5	164,2	159,2	160,1	162,7	165,9	168,2	169,0		
Fabricação de outros produtos	59,4	60,1	60,1	60,8	62,0	62,1	62,9	66,7	63,4	64,0	65,9	69,0	68,9	69,3		

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2011

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
Jan.-Jul. 2011	33 004	11 613	14 992	42 849	5 661	-	108 119

FONTES: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2010

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 270	4,28	3 031 864	5,16
2009 ⁽³⁾	189 269	-1,20	3 185 125	-0,60
2010 ⁽³⁾	220 368	8,30	3 674 964	7,50

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Secretaria do Planejamento
e Coordenação Geral